GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS

1º ENCONTRO NACIONAL DE TOXICOLOGIA FORENSE

Os participantes do 1º Encontro Nacional de Toxicologia Forense, representando 19 estados e o Distrito Federal, reunidos no período de 26 a 28 de novembro de 2008 em Porto Alegre/RS e objetivando traçar um perfil da situação atual dos laboratórios de toxicologia forense, expuseram inicialmente a realidade de cada laboratório, discutiram em pequenos grupos os principais problemas encontrados na execução das atividades periciais e conjuntamente elencaram as seguintes dificuldades como representativas dessa situação:

Principais problemas encontrados na realização das perícias:

- Dificuldade de acesso aos recursos da SENASP, devido a:
  - Falhas de comunicação e a burocracia existente, principalmente na Polícia Civil dos Estados nos quais se situam os Laboratórios de Toxicologia
  - Inexistência de fiscalização efetiva dos recursos encaminhados para o laboratório;
- Ausência de um cadastro dos laboratórios de Toxicologia Forense para permitir uma comunicação direta entre a SENASP e os laboratórios.
- Falta de estrutura física e técnica mínima dos laboratórios, principalmente os laboratórios da região norte, nordeste e centro-oeste;
- Número de profissionais restritos em alguns estados, que deve ser definido pelo número da população, sendo necessário que o concurso avalie as capacitações técnicas adequadas para atuar na área específica de laboratório;
- Deficiência na capacitação e na formação continuada;
- Precariedade de cadeia de custódia, devido à deficiência de normas e regras nacionais;
- Ausência de padronização dos procedimentos realizados nos estados e entre os Laboratórios de Toxicologia Forense Nacionais;
- Ausência de Controle de Qualidade (programa de manutenção preventiva de equipamentos, validação de métodos, dificuldade de compra de padrões analíticos primários, controle interlaboratorial, qualificação de equipamentos);
- Controle interno laboratorial realizado manualmente em diversos estados, sendo necessário informatizar e criar programas de

gerenciamento da cadeia de custódia, geração de laudos e estatísticas das análises;

- Estrutura deficiente na preservação das amostras contra-perícia (instrumento legal para definição de prazo mínimo de conservação);
- Falta de investimento em biossegurança e programa de gerenciamento de resíduo de serviço de saúde;
- Falta de segurança para os profissionais da perícia realizarem a coleta de amostra em indivíduos vivos.
- Ausência de análises quantitativas em material biológico.

As seguintes sugestões foram propostas para a melhoria desta situação:

1. Elaboração dos Procedimentos Operacionais Padrão nacionais:
2. Criação da Rede de Nacional de Toxicologia Forense (ReNaTox) para possibilitar a integração
3. Classificação dos laboratórios de toxicologia no Brasil por níveis para permitir uma prioridade de atuação da SENASP e dos governos estaduais.
4. Aquisição dos equipamentos considerados mínimos para laboratórios forenses.
5. Informatização e criação de programas de gerenciamento da cadeia de custódia, geração de laudos e estatísticas das análises; desenvolver um software nacional, administrado pela SENASP, para ser aplicado nos estados que não possuem a informatização, utilizando a plataforma LIMS.
6. Educação continuada, por meio do Programa de Ensino à Distância (EAD) e \ou presencial. Cursos de formação com aplicação prática. Sugestões de cursos: cadeia de custódia, toxicologia forense, cromatografia delgada, cromatografia a gás, cromatografia líquida e validação analítica. Recomendação da SENASP que permita a liberação dos profissionais estaduais para realização de mestrado e doutorado.
7. Realização de fóruns específicos para discussão de assuntos, como padronização, classificação nacional dos laboratórios de toxicologia forense, cadeia de custódia, unificação de laboratórios forenses, elaboração de laudos, etc.
8. Aquisição de livros básicos e acesso a periódicos reconhecidos internacionalmente (ex: CAPES).
9. Criação nos estados dos centros de guarda de vestígio;

10. Aquisição de padrões analíticos, por meio de intercessão da SENASP através da modalidade de compra de Ata de Registro de Preço;
11. Padronização e validação de metodologias. Adesão às recomendações da SOFT, UNODC e SWGDRUGS.
12. Realização de exame de proficiência nacional e internacional para acreditação dos laboratórios;
13. Realização de encontros entre peritos oficiais, promotores públicos e juízes, para proporcionar um melhor entendimento entre as partes e o conhecimento da atual situação do laboratório de toxicologia pelo Ministério Público;
14. Adequação do número de peritos, definido pelo número da população, sendo necessário que os concursos públicos avaliem as capacitações técnicas adequadas para atuar na área específica de laboratório;
15. Inclusão de um plano de carreira, valorizando a especialização, o mestrado e o doutorado;
16. Investimento na segurança laboratorial;
17. Criação de laboratórios de referência regional, que possam fornecer auxílio aos laboratórios.

Segue em anexo a carta-manifesto de toxicologia forense gerada pelo grupo.

A comissão Organizadora

Viviane Fassina – Perito Químico-Forense
Daniel Scolmeister - Perito Químico-Forense
Carla Andréia Schuck - Perito Químico-Forense
Maria Crstina Franck - Perito Químico-Forense
Silvana Maria Silva – Perito Químico-Forense